



ANALFABETISMO DIGITAL E A POPULAÇÃO IDOSA: APROXIMAÇÕES AO DEBATE

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

PEDRO HENRIQUE SOUZA DA SILVA¹

GABRIELA PEREIRA DE SOUZA²

ELIANE CHRISTINE SANTOS DE CAMPOS³

RESUMO: A Revolução Tecnológica e Informacional alterou profundamente as relações sociais. O movimento tecnológico no capitalismo está se intensificando, afetando a vida da classe trabalhadora através do uso das tecnologias como celulares, computadores, tablets e outros aparelhos. Utilizar esses instrumentos pode facilitar a comunicação e ampliar o acesso a informações, porém também pode se apresentar como um grande desafio, a depender de finalidade na utilização. Este artigo tem por objetivo discutir os reflexos do analfabetismo digital na vida da população idosa. Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. As considerações propostas buscam sensibilizar os/as assistentes sociais para que incluam nos espaços ocupacionais, envolvendo a população idosa, o debate sobre o analfabetismo digital e suas implicações.

Palavras-chave: Analfabetismo, analfabetismo digital, população idosa.

ABSTRACT: The Technological and Informational Revolution has profoundly changed social relations. The technological movement in capitalism is intensifying, and the lives of the working class are increasingly affected by the use of Technologies such as cell phones, computers, tablets, and others devices. Using these tools can facilitate communication and increase access to information, but it can also be a major challenge, depending on the purpose for which they are used. This article aims to discuss the impact of digital illiteracy on the lives of the elderly population. It is a bibliographic review and documentary research. The proposed consideration seek to raise awareness among social workers so that they include the debate on digital illiteracy and its implications in their work spaces involving the elderly population.

Keywords: Illiteracy, digital illiteracy, elderly population.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL. <http://lattes.cnpq.br/5603353344002947>. E-mail. pedro.henrique22@uel.br.

² Mestranda do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - UEL. <http://lattes.cnpq.br/7816943727538628>. E-mail. gabrielapersouza@gmail.com.

³ Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. UEL. <http://lattes.cnpq.br/8635601659813834>. E-mail. elianecampos@uel.br.



A tecnologia, hoje considerada um instrumento estratégico no capitalismo, se torna uma mercadoria atrativa para diferentes públicos e faixa etária. Contudo, os interesses e consequências do consumo dessa mercadoria impactam diretamente as condições de vida de uma parcela crescente da população brasileira, a pessoa idosa.

Com a democratização do acesso ao mundo das tecnologias, as informações são disponibilizadas em tempo real. A comunicação se globalizou e nos trouxe a sensação de que não existem barreiras e distâncias, dessa forma, ao mesmo tempo em que sentimos que a nossa vida foi simplificada, alguns limites vão se apresentando quando nos deparamos com o arsenal tecnológico disponível.

Para Soares Neto (2012) o momento histórico que estamos presenciando reflete uma sociedade ansiosa por novidades de produtos e serviços, configurando uma lógica que penetra e reestrutura a economia e a vida social. O autor enfatiza que neste cenário o progressivo emprego das tecnologias da informação e comunicação na produção determina comportamentos e tendências de consumo muito peculiares.

O desenvolvimento destas novas relações entre homem, capital, informação e novas tecnologias, pode explicar o que Lojkin (1995) define como revolução informacional e tecnológica.

Para Duran (2008) os novos desafios decorrentes da Revolução Informacional, atrelada ao processo de globalização, estão relacionados à necessidade de se garantir a “inclusão digital”. Segundo a autora:

estamos, agora, diante de um novo tempo de analfabetismo, isto é, se o analfabeto é o que não reconhece nem o alfa nem o beta, o bê-a-bá, o *analfabyte* é aquele que não conhece o *alfabyte*, o *bê-a-byte*, a linguagem específica das tecnologias digitais. Nesse sentido, uma parte significativa das iniciativas educacionais, culturais e assistenciais que envolvem as TICs (Tecnologias de Comunicação e Informação) tem se dedicado à minimização do *apartheid* digital por meio de ações consentâneas com a utilização de computador e o acesso a redes locais e remotas, destacando-se a internet. (Duran, 2008, p. 11).

A partir desta definição o analfabetismo digital passa a ser uma questão central na sociedade contemporânea. Com ele, a inclusão digital se torna uma peça fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

É sobre o analfabetismo digital e seus reflexos no cotidiano da pessoa idosa que nos propomos a refletir neste artigo. Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. Partimos da



revisão bibliográfica (artigos e teses), nos estudos realizados sobre analfabetismo e pessoa idosa⁴ e nas estatísticas disponibilizadas pelo Censo (2022), para pensarmos o fenômeno analfabetismo digital e seus desdobramentos na realidade da pessoa idosa no Brasil.

Vale destacar que a contemporaneidade exige que o profissional de Serviço Social esteja preparado para o enfrentamento das demandas atuais que perpassam questões relacionadas ao envelhecimento. Como bem nos diz Keller (2020) o Serviço Social constrói sua interlocução com a velhice da classe trabalhadora a partir das suas competências profissionais e não está imune às vicissitudes conjunturais vivenciadas por esse percentual significativo da população brasileira.

Torres (2020) contribui para a compreensão do trabalho do/a assistente social com a população idosa ao afirmar que

O trabalho do assistente social com a população idosa caracteriza-se pela atuação na perspectiva dos direitos humanos e sociais, evidenciando a lógica e o sistema de proteção na gestão dos serviços, programas e benefícios apensos às políticas. Assim, busca consolidar um trabalho que referencia um desenho de política social com foco na proteção social e na defesa dos direitos humanos e sociais. (Torres, 2020, p.55).

A população idosa brasileira é composta de muitos grupos diversificados que experimentam diferentes formas de envelhecer. Pesquisas demonstram que a população idosa no Brasil é menos escolarizada do que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de analfabetos e daqueles que possuem dificuldades na leitura e escrita.

O analfabetismo é parte das desigualdades socioeconômicas vivenciadas pela população idosa brasileira com impactos significativos na qualidade de vida desta população. Dados apresentados pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) demonstram que a desigualdade socioeconômica influencia profundamente a saúde dos idosos, com destaque para as limitações funcionais para realização da vida cotidiana, como comer ou tomar banho. Vale ressaltar que o comprometimento da saúde da pessoa idosa também altera o cotidiano dos familiares.

⁴Estudos realizados pelos autores - trabalho de conclusão de curso: As ações do Estado brasileiro no enfrentamento ao analfabetismo: um estudo dos planos de educação (2022); Assistência social no atendimento às demandas da pessoa idosa no estado do Paraná: aproximações ao debate a partir do plano estadual dos direitos da pessoa idosa. (2023)



Segundo o IEPS o envelhecimento acelerado da população brasileira, que pode chegar a 20% da população com 60 anos ou mais até 2035, vai reconfigurar a realidade do país. Nesse ritmo, em breve o Brasil terá mais idosos do que crianças.

Diante de tal conjuntura, autores como Antunes et al (2005), Silveira, Portuguez (2017) e Wanzinack et al, 2013 (*apud* Polonski et al, 2022) defendem que a qualidade de vida e o estado cognitivo em idosos podem ser melhorados por meio de práticas em grupo, realização de atividades físicas e de lazer e pela inclusão digital. Entretanto, em relação à inclusão digital, para Kachar (2010) temos que ficar atentos com a pressão realizada pelo mercado para que a população idosa se adapte às novidades tecnológicas como os mais jovens. Neste contexto, Kachar afirma que:

A geração mais nova tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente às mudanças, pois já convive desde tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens (Kachar, 2010, p. 5)

Partindo de tais desafios, as considerações propostas neste artigo buscam sensibilizar os/as assistentes sociais para que incluam nos espaços ocupacionais envolvendo a população idosa, o debate sobre o analfabetismo digital e suas implicações.

Para tanto o artigo está estruturado em dois momentos. Iniciamos contextualizamos os fenômenos analfabetismo e analfabetismo digital e complementamos com dados no Brasil. em seguida problematizamos sobre a inclusão digital para população idosa e por fim, as considerações finais.

SITUANDO ALGUMAS PREMISSAS SOBRE ANALFABETISMO E ANALFABETISMO DIGITAL

Segundo Silva (2022) a concepção sobre analfabetismo está relacionada à cultura e realidade de cada país. No Brasil, de acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional (Silva, 2022, p.17 *apud* INAF, 2018) “são considerados analfabetos os indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela deles consiga ler números familiares como o do telefone, de casa, de preços etc.”.



Complementar a esta definição, Silva (2022), apoiada em Honorato e Herreira (2022), apresenta algumas implicações relacionadas ao analfabetismo

encontramos em nossas leituras o analfabeto, ser invisível, cegos sociais, baixa autoestima, excluído, apartação social, homem perdido, natural inferioridade, subcidadão, cidadão incompleto, ralé brasileira, perigoso socialmente, estúpido, inconsciente, populacho, ignaro, bronco, marginal entre outros adjetivos depreciativos (Silva, 2022 *apud* Honorato, Herrera, 2022, p.55)

O analfabetismo no Brasil é marcado por preconceito, dificultando a vida social da população que se encontra nessa situação, impactando diretamente no acesso ao mercado de trabalho e nos afazeres do dia a dia que exigem leitura e escrita.

De acordo com Silva (2022) *apud* Leão (2012), o reconhecimento do analfabetismo no Brasil se deu num período histórico que se apresentava com algumas características determinantes: uma economia agrária, uma população marginalizada, com uma sociedade repressiva, conservadora e preconceituosa, um Estado oligárquico, não democrático e autoritário⁵.

A pobreza e o analfabetismo no Brasil se tornaram fenômenos inseparáveis, dois elementos tão comuns na vida de milhões de brasileiros. Ao longo de mais de cinco séculos a pobreza submeteu homens e mulheres às elites brasileiras, mantendo um legado de desigualdade e exploração que perpassou a escravidão negra e se manteve até os dias atuais.

Diante de tais evidências concordamos com Silva (2022) que o analfabetismo no país é um problema político. Consideramos que essa condição se apresentava como uma expressão da questão social reverberando de diferentes maneiras na vida da classe trabalhadora.

Segundo Kruppa (2023) historicamente houve uma relativização do problema do analfabetismo no Brasil, como se seus efeitos tivessem gravidades diferentes a depender do grupo de pessoas que o afeta. A autora se reporta a Darcy Ribeiro para explicar esse ideal, para o intelectual, segundo Kruppa (2023), era necessário acabar com o analfabetismo apenas entre crianças, que

⁵No século XIX, de acordo Silva (2022) *apud* Ferraro 2004, o censo demonstrou que analfabetismo no Brasil atingia 82% da população, ou seja, o país era o lugar em que a população era majoritariamente analfabeta. Conforme a autora, os dados eram alarmantes por falta de investimento financeiro e atenção dos governantes com a população. Na época, o analfabeto não tinha direito ao voto e nem de exigir seus direitos como cidadãos.



creceriam e ocupariam cargos de produtividade na sociedade já alfabetizadas, enquanto idosos morreriam em breve e o problema do analfabetismo seria superado.

Isso é um equívoco porque esse aumento sempre relativo do analfabetismo, em relação ao que estava antes, está ligado a uma mudança da condição social e econômica da população. Os níveis de analfabetismo e escolaridade, portanto, nada têm a ver com idade e devem aumentar à medida que haja uma melhoria na qualidade de vida da população, mas o contrário também acontece: se há uma piora, o acesso à escolaridade é prejudicado. (Kruppa, 2023, p. 1).

A partir do século XX ocorreram algumas reformulações sobre o conceito de pessoa analfabeta, considerando também pessoas que eram capazes de ler e escrever enunciados simples. Ainda de acordo com Silva (2022 *apud* Stieg e Araújo, 2017) a Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1965 organizou o Congresso Mundial e Programas de Alfabetização. A centralidade desses eventos estava na necessidade de intensificar a alfabetização para o treinamento do trabalho e aumento da produtividade.

A educação será utilizada como meio de formação individualista para atender os interesses industriais da classe que domina os meios de produção, os impactos desse contexto irão intensificar na privatização, desvalorização e sucateamento, desmobilizando as instituições públicas e movimentos.

De acordo com Silva (2022) defendem políticas educacionais visam propostas qualitativas para uma construção cidadã por meio de um exercício pleno, crítico com a participação coletiva da sociedade. Ainda de acordo com o autor, a política de educação se encontra em um contexto de regulação de mercado atrelados ao sistema capitalista que por meio de seus avanços financeiros o que impacta diretamente na vida da classe trabalhadora, existindo a falta de investimentos na política de assistência social, saúde e educação.

A sobreposição de interesses do capital irá se refletir diretamente na política de educação brasileira e na alfabetização. Silva (2022) evidencia que o projeto político com base neoliberal e ultraconservador afeta diretamente a condução da política de educação no país evidenciando aspectos contraditórios, ou seja, ao mesmo tempo que há a defesa do congelamento de gastos na área da educação, também há a exigência de qualidade educacional.

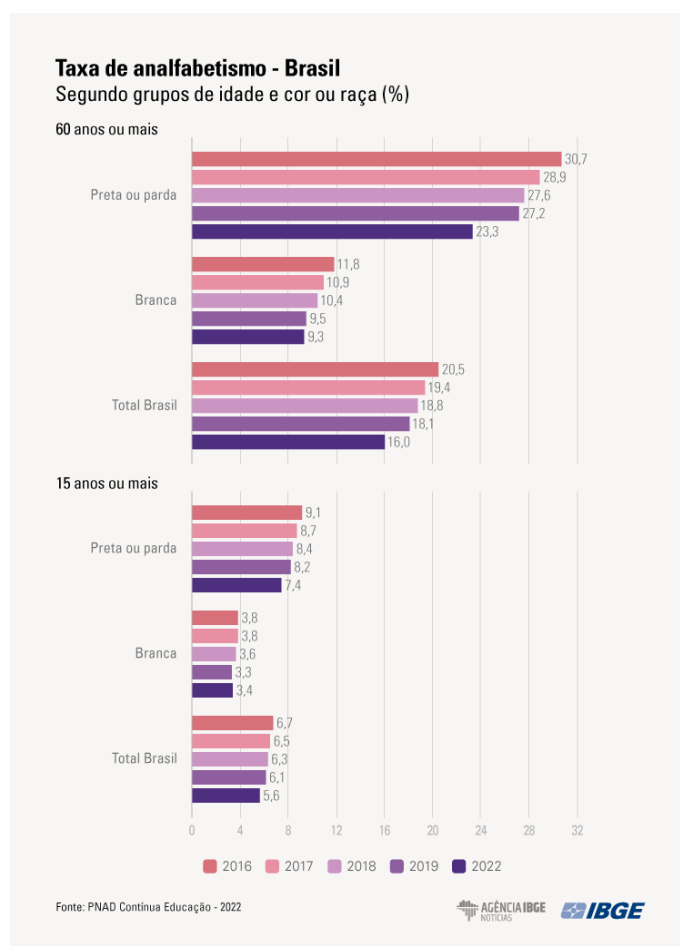
Após mais de 20 anos como meta de duas edições do Plano Nacional de Educação, a superação do analfabetismo é uma barreira ainda não transposta, incompatível com a nona



maior economia do mundo. São 11,4 milhões de brasileiros analfabetos — o equivalente à população do município de São Paulo ou de um país como a Bélgica — cerceados em sua liberdade e dignidade por não saberem ler e escrever. Os dados do Censo Demográfico de 2022 apontam desigualdades que permeiam esse grupo, com recortes etário, regional, econômico e racial bem pronunciados. O Estado — por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) —, universidades públicas e privadas e ações comunitárias tentam atacar o problema, que ainda parece longe de ser superado. (Pimenta, 2024, p. 1).

O analfabetismo continua sendo um sério problema estrutural no país, conforme demonstram os dados da figura a seguir sobre a taxa de analfabetismo.

Figura 1- Taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: Gomes; Ferreira (2023).



A coordenadora Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, faz uma importante análise dos dados sobre analfabetismo coletados no Censo de 2022:

O analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizados ainda crianças, enquanto permanece um contingente de analfabetos, formado principalmente, por pessoas idosas que não acessaram à alfabetização na infância/juventude e permanecem analfabetas na vida adulta. (Gomes; Ferreira, 2023.).

Esse cenário de analfabetismo relacionado à falta de letramento digital⁶ ainda é preocupante, principalmente para a população idosa. O cotidiano das pessoas foi invadido com as tecnologias. Das mais básicas às mais complexas, as tarefas rotineiras são mediadas por tecnologias.

Diferentes processos envolvendo o meio digital exigem conhecimentos básicos de informática como as operações financeiras e de comunicação. Um exemplo são os telefones celulares que, num primeiro momento eram utilizados para comunicação via ligação, mas com o progresso tecnológico logo se tornaram aparelhos com múltiplas funções, sendo a ligação apenas uma delas, inserindo recursos que antes eram realizados por meio de um computador, por exemplo, agora disponíveis em um celular.

Uma nova etapa de aprofundamento de descobertas técnicas e científicas contribui para dinamizar o capitalismo na medida em que a automação, a microeletrônica, a informática e as telecomunicações criaram oportunidades de rompimento com as situações tradicionais de produção e consumo da forma como se tinha no passado, levando os indivíduos a outros tipos de desejos e necessidades. (Soares; Neto, p. 112).

Ao mesmo tempo em que as tecnologias oferecem uma gama de informação e comunicação, a falta de acesso ou interação a essas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) pode gerar um novo contexto, "a incorporação desses novos recursos desencadeia modificações nas relações com o outro, o mundo e o conhecimento, interferindo na subjetividade do indivíduo" (Kachar, 2010, p.5).

⁶O letramento digital vai além das habilidades técnicas para o uso de ferramentas digitais; ele inclui a compreensão crítica e reflexiva sobre a tecnologia e suas implicações na sociedade. O letramento digital é visto como um conjunto de habilidades necessárias para interagir com o mundo digital de forma efetiva, crítica e responsável, utilizando tecnologias da informação e comunicação para produzir, acessar e compartilhar informações e conhecimentos (Martin, 2006 *apud* Kozloski et al, 2024, p. 6-7).



Diante de tais mudanças, o analfabetismo digital passa a ocupar um espaço significativo na vida das pessoas, em particular da pessoa idosa. Sendo que, o analfabetismo digital refere-se

a incapacidade em “ler” o mundo digital e mexer com a tecnologia moderna, principalmente com relação ao domínio dos conteúdos da informática como planilhas, internet, editor de texto, desenho de páginas e outros. A causa do analfabetismo tecnológico é associada ao impacto da exclusão digital no mercado de trabalho e a família de baixa renda sofre com isso, pelo motivo de que o mundo atual é muito tecnológico e quem não se interessa em aprender o mundo digital vai ficando para trás. Denunciada em todo o mundo como a forma mais moderada de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades e como ela se relaciona com o futuro do trabalho [...] (De Santana, *et al.* 2023, p. 1).

De acordo com a CNN (2025) o aplicativo MEU INSS está se esbarrando com uma alta taxa de analfabetismo digital de idosos. Segundo Índice de Alfabetismo Funcional (INAF) de 2024, 48% das pessoas entre 50 até 64 anos apresentaram dificuldades, tiveram baixo desempenho nos testes digitais, acerto entre zero até $\frac{1}{3}$ dos itens. O teste incluiu atividades como fazer uma compra online, escolher um filme e uma simulação de inscrição com preenchimento de dados.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que apenas 31,1% da população idosa do país utiliza a internet, apesar do envelhecimento populacional ser uma tendência global e da crescente adoção de dispositivos como smartphones por essa faixa etária. Este cenário reflete a urgência de um esforço conjunto para superar as barreiras e promover a inclusão digital entre os mais velhos.

A INCLUSÃO DIGITAL PARA POPULAÇÃO IDOSA

População idosa no Brasil

A pessoa idosa no Brasil é assim considerada, pela Política Nacional da Pessoa Idosa (Brasil, 1994) e pelo Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), como aquela com 60 anos ou mais. Beauvoir (1990), ao tratar sobre a velhice, entende que, pelo âmbito biológico, esta é uma realidade que transcende a história, contudo, o contexto social de cada sujeito influenciará na forma como este destino será vivido. Neste sentido, Schneider e Irigaray (2008), também apontam que há diferenças relevantes entre as representações sociais da velhice e da pessoa idosa, conseqüentes das distintas condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais de cada sujeito.

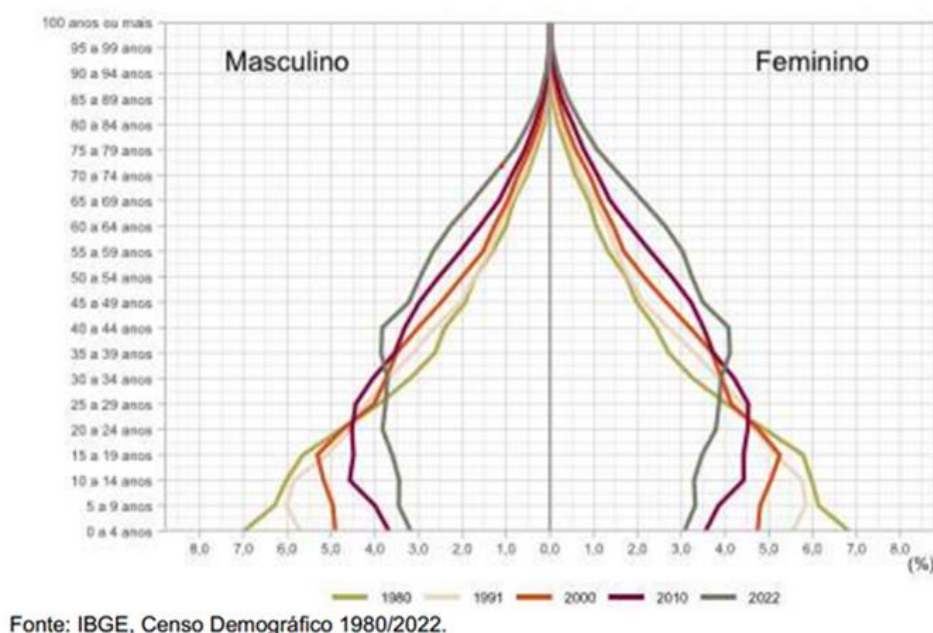


Então, ao se considerar a velhice em sua heterogeneidade está se considerando que neste segmento há pessoas com total autonomia econômica e social e, também, pessoas que não conseguem lidar sozinhas com atividades básicas do cotidiano (Camarano; Pasinato, 2004). Destarte, Faleiros (2016) aponta que, a partir do século XXI, a velhice passa a ser considerada pela visão da gerontologia crítica, o que impacta na oferta de políticas públicas, ao se colocar a velhice não como fase terminal da vida, mas como um processo que resulta da vida sociocultural, laborativa e individual, incluindo suas desigualdades, colocando-a como uma questão crucial para a saúde pública.

Assim, ainda que a pessoa idosa seja caracterizada pela legislação brasileira a partir da idade cronológica, é preciso ir além desta generalização, já que, para se propor políticas públicas que sejam condizentes com este segmento, é imprescindível compreender sua amplitude. E ao considerá-lo amplo, nos referimos tanto à diversidade social dos sujeitos que compõem a população idosa, quanto ao seu percentual de pessoas, já que, o envelhecimento populacional é uma tendência que cada vez mais se concretiza no Estado brasileiro.

O Censo 2022 (IBGE, 2023) apresenta um aumento de 57,4% da população com 65 anos ou mais em relação ao Censo anterior (em 2010), o que significa que em 2010 este grupo etário representava 7,4% da população, enquanto no ano de 2022 representava 10,9%. Estes dados são ilustrados pelo IBGE pelo gráfico a seguir que, ao mostrar a inversão da pirâmide etária – em que a base, representando os segmentos mais jovens, se estreita e o topo, representando os segmentos mais velhos da população, se alarga – demonstra o crescente envelhecimento da população brasileiro desde os anos 1980.

Figura 2 – Distribuição relativa da população residente por sexo, segundo grupos de idade – Brasil – 1980/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Fonte: IBGE, 2023.

Esta mudança no perfil da população brasileira culminará em demandas para o Estado que precisará responder com políticas públicas. Desta forma, ao considerar-se que há uma Revolução Informacional que traz a necessidade de que os sujeitos desenvolvam habilidades relacionadas ao manuseio de tecnologias, como os mais variados aplicativos para *smartphones*, necessários para acesso inclusive a serviços públicos – são exemplos os aplicativos: “Carteira Digital de Trânsito”, “Meu INSS - Central de Serviços”, “Cadastro Único”, “Meu SUS Digital”, entre outros (Brasil, [2025?]) – é preciso pensar no segmento idoso como um grupo diversificado que precisa adaptar-se a novas exigências.

Bernardo (2022), ao discutir sobre os desafios para a inclusão digital da população idosa, aponta alguns fatos que mostram como a inclusão digital pode contribuir com a qualidade de vida das pessoas idosas. O primeiro fato citado pela autora é que as inovações tecnológicas estão sendo inseridas no cotidiano de forma a modificar a forma como se realizam as atividades que fazem parte da vida da população idosa – como: o uso de aplicativos para realizar o gerenciamento financeiro, consultas e agendas de serviços pela internet, recursos e dispositivos de incentivo à atividade física e de monitoramento da saúde, dentre outros – o que exige sua inserção no mundo digital. O segundo fato citado por Bernardo (2022) é em relação ao aumento da permanência das pessoas idosas no



mercado de trabalho por necessidade de complementar o orçamento ou por se tratarem de ser a única renda fixa no contexto familiar. Sendo concomitante a isso, o crescimento do uso de plataformas on-line ou de aplicativos móveis no mercado de trabalho, o que exige dos trabalhadores habilidades relacionadas ao manejo destas plataformas, caracterizando-se como mais um desafio à pessoa idosa que precisa se inserir neste tipo de trabalho. E, por fim, a autora cita as condições de saúde da pessoa idosa que, com o aumento do uso de dispositivos tecnológicos para o monitoramento das condições de saúde e para comunicação com serviços por meio de aplicativos, lhes coloca diante da necessidade de inclusão digital para que possam gerenciar doenças crônicas no âmbito domiciliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a inclusão digital melhora o conhecimento tecnológico, possibilita o acesso a informações, descoberta de novas oportunidades e facilita o aprendizado visando a melhora da qualidade de vida. Entretanto, são diversas as barreiras que dificultam a aprendizagem das tecnologias digitais pelos idosos, dentre as barreiras podemos ressaltar o analfabetismo digital.

Os estudos consultados demonstraram que o letramento digital não é igualmente alcançado por todas as pessoas, especialmente para as pessoas idosas, que frequentemente enfrentam barreiras no acesso e uso das tecnologias digitais. Fatores como renda, educação, localização geográfica, emprego e diferenças culturais podem criar disparidades significativas no acesso e uso da tecnologia digital.

A partir das problematizações realizadas no texto alguns desafios se colocam para os/as assistentes sociais: a defesa da promoção da inclusão social de pessoas idosas, destacando a necessidade de implementação de políticas públicas e iniciativas que abordem as barreiras enfrentadas por essa população; a inclusão do tema analfabetismo digital nos espaços ocupacionais envolvendo gestores, trabalhadores e a pessoa idosa; e a produção de conhecimentos sobre a temática que contribuam para qualificar o debate.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.



BERNARDO, Lilian Dias. As pessoas idosas e as novas tecnologias: desafios para a construção de soluções que promovam a inclusão digital. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 25, n. 4, p. e230142, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.230142.pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Galeria de Aplicativos**. [Brasília], [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/apps/@@galeria-de-aplicativos>. Acesso em: 19 maio 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **Introdução**. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.1-22.

CNN, Brasil. **App do INSS esbarra em analfabetismo digital de idosos**. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/luisa-martins/politica/app-do-inss-esbarra-em-analfabetismo-digital-de-idosos/>. Acesso em 18 maio. 2025.

De Santana, G. C. L., De Castro, H. L., Farias, M. M. D. A., Ferreira, R. G. R., & Da Silva, R. M. P. G. (2023). Analfabetismo Digital. **Caderno Discente**, 8(1), 65-71. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/view/887/350>. Acesso em: 18 maio. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Nacional do Idoso em questão: passos e impasses. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea; 2016. cap. 22, p. 537-569. ISBN 978-85-7811-290-5. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1279/1/TD_1840.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERRARO, Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

_____. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 111-126. jul. 2004.

GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Estatísticas Sociais. Agência IBGE Notícias. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 18 maio 2025.

HONORATO, Hercules Guimarães; HERRERA, Marcela Duarte. **A saga do analfabetismo e a pandemia COVID-19: história triste em momento atual triste**. Livro de Atas, p. 51, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo – resultados universo – Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%20->



%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20idade%20e%20sexo%20-%20BR.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. **Envelhecimento**. Disponível em: <https://ieps.org.br/idosos-de-menor-renda-tem-piores-indicadores-de-saude-e-menos-acesso-a-cuidados-medicos-aponta-estudo-do-ieps/>. Acesso em: 17 maio 2025.

KACHAR, Vitória. **Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital**. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/5371/3851>. Acesso em: 16 maio 2025.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. PREFÁCIO. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

KOSLOSKI, Ricardo Ajax Dias et al. A importância das TICS e do Letramento Digital para pessoas idosas: aplicabilidade no e-Gov e na qualidade do desenvolvimento de software. (2024). **Seminário Internacional De Informação, Tecnologia E Inovação**, p. 1-13. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/194>. Acesso em: 19 maio 2025.

KRUPPA, Sonia Maria Portela. Analfabetismo no Brasil é maior na população que vive no nordeste e reflete as desigualdades estruturais. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/analfabetismo-no-brasil-e-maior-na-populacao-que-vive-no-nordeste-e-reflete-desigualdades-estruturais/>. Acesso em: 16 maio 2025.

LEÃO, Michele de. **Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema**. Aedos. v. 4. 2012. Acesso em 11 abr. 2022.

PIMENTA, Paula. **Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE**. Agência Senado. 2024. Disponível em: Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE — Senado Notícias. Acesso em: 17 maio 2025.

POLONSKI, Tiana Costa et al, Influência da inclusão digital na alfabetização em situação de saúde de idosos. ETD- **Educação Temática Digital**, Campinas, SP v.24 n.3 p.584-597 jul./set. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v24n3/1676-2592-etd-24-3-0584.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 606-635, out./dez. 2013. Acesso 18 maio 2025.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, p. 585-593, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Gabriela/Documents/Uel/IC%20+-%20TCC/O%20envelhecimento%20na%20atualidade%20-%20Schneider.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Pedro Henrique Souza da. **As Ações do Estado Brasileiro no Enfrentamento ao Analfabetismo: Um Estudo dos Planos de Educação**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.



SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araujo. Revolução informacional, novas tecnologias e consumo imediatista. **Cadernos de Campos**. nº 16, 2012. P.11- 124. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7319/5181>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUZA, Gabriela Pereira de. **Assistência Social no Atendimento às Demandas da Pessoa Idosa no Estado do Paraná: Aproximações ao Debate a partir do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.

STIEG, Vanildo. ARAÚJO, Vania C de. As políticas de alfabetização para a infância no Brasil: Algumas inquietações. **Revista Brasileira de Alfabetização**. Vitória, v.1, p. 69-86, 2017. Disponível em: <https://nedi.ufes.br/sites/nedi.ufes.br/files/field/anexo/Artigo%20Revista%20Brasileira%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O Trabalho Do Assistente Social Com Pessoas Idosas: competências e demandas em debate. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.P. 46-76. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.